

A Comissão Editorial da Revista Pegada Eletrônica tem o prazer de anunciar a publicação do segundo número regular do ano de 2020. Este número conta com doze artigos sobre vários temas dentro das múltiplas possibilidades de análise e compreensão a partir do trabalho e da teoria social crítica no campo e na cidade na América Latina.

O artigo que abre este número é uma reflexão em espanhol de Carmen Alice Cohene Mercado, com o título “La reforma agraria y la tierra sin mal: experiencia de una investigación en Paraguay”, em que a autora retoma historicamente o debate sobre a reforma agrária no Paraguai e na América Latina, desde a perspectiva do discurso de governos progressistas e dos movimentos camponeses. A pesquisa também se destaca metodologicamente ao se embasar na pesquisa participante, permitindo uma reflexão crítica e teórica sobre as práticas da Reforma Agrária e da resistência camponesa na luta pela terra no Paraguai.

O segundo artigo também traz uma importante reflexão sobre o campo latino americano, desta vez desde o Uruguai. O texto, também em espanhol, de Gustavo Cánepa González traz o título “Caracterización de dos pueblos de trabajadores arroceros en el Uruguay”. O artigo traz a reflexão a partir de um dos setores de maior dinamismo econômico e tecnológico nos últimos 30 anos no Uruguai, a produção de arroz. Um dos elementos de análise é a reflexão sobre as relações de trabalho e exploração a partir de uma característica, da qual o autor afirma como sendo singular, a existência na própria fazenda de um grupo de moradias para trabalhadores que vivem com suas famílias nos chamados *pueblos arroceros*. A pesquisa busca, assim, investigar a função que estes *pueblos* desempenham na produção e exploração dos arrozais e quais as condições de vida e trabalho de seus moradores, trabalhadores e suas famílias.

Ralph de Medeiros Albuquerque e Jorge Ramón Montenegro Gómez são os autores do terceiro texto que compõe este número, cujo título é “O cadastro ambiental rural (CAR): agroestratégias e mercantilização da natureza pela via do novo código floresta”. O texto tem como objetivo problematizar os efeitos do Cadastro Ambiental Rural como uma política de mapeamento ambiental com reflexos na questão agrária, fundiária e ambiental do país. Através da análise documental e de dados relacionados aos imóveis cadastrados no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) e revisão bibliográfica, os autores constatam que o Novo Código Florestal criou novos arranjos a partir do CAR para quantificar e negociar os passivos ambientais, proporcionando a mercantilização e financeirização da natureza pela criação de instrumentos de mercado como soluções de problemas ambientais.

Seguindo a reflexão sobre a financeirização e mercantilização da natureza, o texto de Diego Pessoa Irineu de França, intitulado “A financeirização da natureza e precarização do trabalho em Petrolina-PE – Vale do Rio São Francisco. O artigo busca estabelecer uma linha interpretativa entre as formas de acumulação contemporâneas e a mercantilização da natureza, responsáveis por intensificar a precariedade da *classe-que-vive-do-trabalho*. A partir de uma perspectiva geográfica, segundo o autor, da financeirização surge uma nova geografia da produção do valor, à medida que a exportação geográfica de capitais amplia as privatizações dos bens comuns, a produção desigual dos territórios e as expropriações, reforçando os conflitos territoriais entre os sujeitos as empresas de fruticultura mundializada, no semiárido nordestino.

O quinto texto traz o título “O surgimento e a importância da geografia do trabalho”, de Herodes Beserra Cavalcanti. Esta importante reflexão preocupa-se com o tratamento teórico dado ao tema do trabalho na geografia, com o objetivo de apontar sua relevância para a compreensão do atual mundo do trabalho. O autor destaca que essa temática por muito tempo apareceu como um assunto periférico na geografia. A partir de um levantamento e análise bibliográfica histórica, o autor destaca as transformações do pensamento geográfico sobre influência do marxismo e como estes movimentos teóricos levaram a discussões de problemáticas sociais no âmbito do espaço social. O autor demonstra como o temário do trabalho começa a ganhar destaque a partir destas problemáticas e como posteriormente se dedica, entre outros, acerca da organização dos trabalhadores, suas formas de luta e condições de trabalho.

O sexto artigo é de autoria de Luziane Miranda da Silva, Atamis Antônio Foschiera, José Pedro Cabrera Cabral com o título “Educação do campo: o fechamento de escolas em Porto Nacional – TO”. O artigo traz uma temática atual e muito relevante para pensar a educação do campo no Brasil. É feito um levantamento sobre os impactos e leituras sobre o fechamento das escolas do campo no Brasil, com relatos de comunidades escolares do município de Porto Nacional – TO. Também são trazidos dados obtidos através de entrevistas, observação participantes e análise documental.

O sétimo artigo traz como título “Terra a vista!”: apropriação de terras e recursos territoriais pelas mineradoras multinacionais no município de Catalão (GO)”, de Leon Martins Carriconde e Juscelino Eudâmidas Bezerra. A partir do estudo de caso do município de Catalão (GO), os autores investigam particularidades que materializam desde a presença de grandes projetos de exploração de minério pelas empresas Mosaic (norte-americana) e

CMOC (chinesa). São analisadas as formas de atuação destas empresas multinacionais do setor da mineração de modo a identificar os impactos para as populações camponesas.

O artigo “Os sujeitos do trabalho e a expropriação de direitos constitucionais no século XXI” é o oitavo artigo deste número e é de autoria de Renatha Cândida da Cruz e Marcelo Rodrigues Mendonça. Com este trabalho, buscam compreender as formas de acumulação atuais na perspectiva da expropriação dos direitos constitucionais direcionados aos sujeitos do trabalho, tendo como base os residentes na Região Metropolitana de Goiânia em 2017. Os autores buscam problematizar a efetivação do capital no Brasil atual e as manifestações dos direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal, a exemplo do trabalho e da previdência social, na perspectiva da análise geográfica, provocando o debate acerca dos grupos hegemônicos e dos discursos que têm por objetivo a manipulação da classe trabalhadora.

O nono artigo intitulado “Do trabalhador bovino ao trabalhador polvo: estratégias de exploração do trabalho nos modelos de produção rígidos e flexíveis”, de Caio Luis Chiariello e Farid Eid, busca investigar as transformações do mundo do trabalho, do que os autores definem como o trabalhador monotécnico, bovino, que teria dado lugar ao trabalhador polivalente, polvo. Para os autores a aparente aproximação das esferas de gestão e execução do trabalho manual e do trabalho mental, intensificou ainda mais a exploração do trabalho, sofisticando a narrativa e ratificando a produção de mercadorias, alienação e a submissão do total do trabalho ao capital.

O décimo artigo é de Thiago Verissimo Esteves e Flamarion Druira Alves, com o título “Relações de trabalho e precarização na indústria têxtil de Paraguaçu-MG: o caso da produção de ternos”. A discussão desenvolvida pelos autores tem como objetivo abordar a dinâmica do trabalho e as características das indústrias têxteis de ternos no município de Paraguaçu em Minas Gerais. Segundo o estudo, a cidade mostra como a acumulação flexível e reestruturação produtiva criam relações de trabalho precárias no contexto de uma cidade pequena, calcadas na baixa remuneração, qualificação inexistente e constantes danos aos direitos trabalhistas. Para compreensão desse processo, os autores utilizaram pesquisas de dados secundários do IBGE – Cadastro Central de Empresas, bem como a realização de entrevistas com trabalhadores do setor têxtil.

O artigo de número onze, traz o título “A produção do espaço frente ao desenvolvimento técnico do capital”, de Victor Andrade Silva Leal, Jânio Roberto Diniz dos Santos e Sócrates Oliveira Menezes. Os autores buscam fazer uma análise da realidade

empírica, compreendendo o trabalho abstrato e a técnica enquanto capital no desenvolvimento histórico da produção do espaço. Para realizar esta investigação, os autores abordam o desenvolvimento histórico do espaço de Vitória da Conquista e Barra do Choça, na Bahia, a partir de uma intensificação da mecanização da produção agrícola de café no campo desses municípios e as consequências dessa mecanização na realidade da classe trabalhadora desse setor.

O décimo segundo e último artigo é de Fabiano Greter Moreira, e traz o título “Políticas Públicas e ordenamento territorial nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina – MS”. O artigo analisa os aspectos relacionados à presença do Estado na questão agrária no município de Nova Andradina/MS, suas políticas e atuações na construção do conceito de reforma agrária, bem como a distribuição de terras aos trabalhadores rurais sem terra, na proposta desenvolvimentista do campo brasileiro.